

O EXÉRCITO BRASILEIRO NO SUDOESTE DO PARANÁ (1943 – 1974): AÇÕES MILITARES NO CONFLITO AGRÁRIO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO
BRAZILIAN ARMY IN SOUTHWEST PARANÁ (1943-1974): MILITARY ACTIONS IN CONFLICT OF AGRICULTURAL OCCUPATION AND SETTLEMENT

Ronaldo Zatta*
Ismael Antônio Vannini†

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a participação do Exército Brasileiro no conflito agrário de ocupação e colonização no Sudoeste do Paraná, no período de 1943 a 1974. A região foi palco de uma complexa luta pela posse das terras, uma disputa litigiosa que evoluiu para um sangrento embate armado. Um descompasso dos governos federal e estadual iniciou o embargo das glebas de terras. Logo, a criação de uma colônia agrícola por um decreto do então presidente Getúlio Vargas, assentou famílias de pequenos agricultores provenientes da região sul do país. Nesta conjuntura, as glebas de terras foram vendidas a uma companhia de colonização, que ao tomar posse entrou em conflito com os posseiros já instalados, desencadeando um conflito agrário. O palco do embate era de caráter regional, no entanto, as dimensões se desdobravam no âmbito político estadual e federal. Pela análise bibliográfica do episódio, vinculada à apreciação de documentos oficiais do Exército, pode-se apurar que a belicosidade das ações durante a primeira metade da década de 1950, fez-se necessária a presença das forças armadas, quando em 1954 um destacamento do Exército Brasileiro foi instalado na região. O embate culminou em grande revolta dos posseiros, ocorrida em 1957, onde a participação das forças armadas, ao que tudo indica, atuando de forma inédita na sua história, a favor dos posseiros, foi determinante para o fim do conflito. Com o fim do embate, o Exército atuou realizando as medições de terras e garantindo a titulação das mesmas até 1974.

Palavras-chave: Conflito; Exército; Posseiros; Revolta.

Abstract: The aim of this study is to analyze the participation of the Brazilian Army in the agrarian conflict occupation and colonization in southwestern Paraná, in the 1943-1974 period. The region was the scene of a complex struggle for possession of the land, a litigious dispute evolved into a bloody armed struggle. A mismatch of the federal and state governments started the embargo of land plots. Thus, the creation of an agricultural colony by a decree of the then president Getúlio Vargas, became families of small farmers from the south of the country. At this juncture, the land plots were sold to a settlement company, that by taking possession clashed with the squatters already installed, triggering an agrarian conflict. The clash was the stage of regional character, however, the dimensions unfolded under state and federal political. For the literature review of the episode, linked to the

* Doutor em História UFPR - Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Etnias, Identificações UNICENTRO/CNPQ. E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br

† Doutor em História PUCRS. Docente da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná e membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Etnias, Identificações UNICENTRO/CNPQ.

appreciation Army official documents, it can be established that the bellicosity of the shares during the first half of the 1950s, it was necessary the presence of the armed forces, when in 1954 a detachment of the Army Brazil was installed in the region. The clash resulted in great revolt of the settlers, which took place in 1957, where the participation of the armed forces, it seems, acting as never before in its history, in favor of the squatters, was crucial to the end of the conflict. With the end of the clash, the Army acted performing land measurements and ensuring the titration of the same until 1974.

Key words: Army; Conflict; Revolt; Squatters.

Considerações Iniciais

De ocupação relativamente recente, a região do Sudoeste do Paraná apresentou características distintas daquelas tendencialmente perpetradas no sul do país. Inúmeros fatores de ordem política, judicial, militar e social, deram uma conotação, sobretudo conflituosa, no processo de colonização. Litígios entre o Estado do Paraná e a União desencadearam contendas pelas glebas de terras, que, posteriormente as rezingas foram protagonizadas também por interesses particulares, empresas colonizadoras e por colonos posseiros.

Enquanto a questão tramitava *sub judice*, o governo varguista, na ação da Marcha para o Oeste, intervém na região criando uma colônia agrícola de colonização. Tal projeto estimulou rápida e desenfreada migração de colonos, assentados ilegalmente nos lotes das glebas de terras do Sudoeste. Devido ao embargo litigioso em que a região se encontrava os colonos não obtiveram os registros dos lotes, esta condição transformou os ocupantes em posseiros.

Uma companhia de capital norte americano adquiriu, também ilegalmente, a posse das mesmas glebas, já questionadas pelos governos e pelas famílias dos colonos posseiros. Tal contenda confrontou o interesse dos posseiros, que lutavam pelos lotes de terras, e os jagunços, que em nome das companhias pretendiam expulsar os ocupantes. Como pano de fundo, se deflagrava uma luta política entre os diferentes grupos de poder, que atingia diretamente a instância estadual e federal. Por conta disso, as autoridades instituídas na região representavam os interesses políticos conflitantes, e, no caso, posicionavam-se no sentido contrário aos posseiros.

Quando o embate armado atingiu proporções alarmantes, a imprensa nacional e internacional noticiava o episódio do embate das guerrilhas agrárias, foi instalado um destacamento efetivo do Exército Brasileiro em Francisco Beltrão-PR. A cidade também era a

sede da companhia colonizadora e abrigava os escritórios das empresas imobiliárias. A princípio, tal destacamento se mantinha acantonado, como efetivo de forças a intervir no momento que fosse convocado.

Em outubro de 1957, o embate entre os grupos chegou ao ápice, convulsionando articulações políticas da região, do Estado e da União. Contrariando seu histórico de ações, o Exército tomou posição favorável ao movimento deflagrado pelos colonos posseiros. Os registros e as evidências do levante armado, quando seis mil colonos tomaram de assalto o controle do Sudoeste do Paraná, revelam que as forças militares foram decisivas para o feito dos revoltosos. Ação discreta do Exército garantiu que os insurgentes tomassem os postos dos inimigos, detivessem os integrantes da polícia local e prendessem os jagunços. Sua ação se estenderia para o período posterior, quando foram as Forças Armadas, o Exército, que apaziguaram a região e promoveram o definitivo trabalho de medição e legalização das terras, em projeto junto ao governo federal.

Desenvolvimento

Em fins do século XIX, a região oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina, foi palco de disputa litigiosa com o país vizinho, autoridades argentinas e brasileiras travaram embate diplomático na chamada “Questão de Palmas”. Na disputa estava a limitação da fronteira entre os dois países, na qual os castelhanos, baseados por acordos anteriores, defendiam seus limites territoriais até o município de Palmas. Um contencioso acordo, no qual foi árbitro o então presidente norte americano Grover Cleveland, onde se obteve o veredito de 1885, qual foi favorável aos interesses do Brasil.

Ocupar a região litigiosa era uma importante estratégia para consolidar os limites fronteiriços entre os dois países. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a região era habitada por comunidades indígenas e caboclas, com moldes ainda primitivos de subsistência que, para a época, não conotava colonização e ocupação. Apesar de serem instaladas colônias militares, a região ainda representava uma grande porção de glebas de terras “desocupadas” e devolutas.

Pela primeira constituição republicana de 1891, as glebas de terras que ainda não haviam sido loteadas, passaram a pertencer aos estados da federação. Em 1920 o Paraná fez

da Gleba Missões, a maior do Sudoeste, com 425.731 hectares, moeda de pagamento para uma empresa norte americana, na construção de um ramal ferroviário que ligava Guarapuava a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A). Mas a São Paulo – Rio Grande companhia responsável pela construção, não cumpriu os compromissos, originando uma disputa litigiosa com o Estado do Paraná que tentava judicialmente reaver a Gleba Missões.

No decorrer deste processo, o Brasil passou por importante transformação em sua conjuntura política. A revolução de 1930 destituiu as oligarquias da República Velha e Getúlio Vargas ascende no comando do país. Projetando a criação do Território Federal do Iguaçu, o que não viria se concretizar, o governo federal baixou um decreto a 8 de março de 1940, incorporando a União todos os bens da companhia São Paulo – Rio Grande, incluindo a Gleba Missões. O Estado do Paraná entrou com embargo contra a União, pois entendia que a gleba deveria ficar sob seu domínio.

No transcorrer da disputa judiciária entre Estado e União, por um decreto do governo federal de maio de 1943, é criada a CANGO (Colônia Nacional Agrícola General Osório) em terras da Gleba Missões, numa ação ilegal, visto a questão judicial pendente. Ainda, considerando que o país vivia o regime do Estado Novo varguista, o decreto passou a ter validade nos limites dos poderes no contexto político da época. As ordens do governo central eram acatadas, ponderando que os governos estaduais eram todos interventores nomeados por Vargas. O interventor no Regime do Estado Novo no Paraná, entre 10 de novembro de 1937 a 03 de novembro de 1945, foi o político e administrador Manoel Ribas, paranaense de Ponta Grossa com antepassados militares, cujo nome herdou de seu avô, um brigadeiro da Guerra do Paraguai.



Figura 1. Pavilhão da CANGO – 1958, hoje instalações do Exército Brasileiro na cidade de Francisco Beltrão-PR. Fonte: Boletim de Inspeção da 5º RM/DI de 1958.

De acordo com Martins, a CANGO fora criada pelo Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal. (MARTINS, 1986, p. 26).

A CANGO não possuía ares de colônia militar. Entretanto, podemos a ela creditar aspectos de colônia militarizada pela ascendente participação das Forças Armadas no processo de resolução dos conflitos gerados pela instabilidade agrária na região. A própria denominação da colônia faz referência ao marechal rio-grandense Manuel de Luiz Osório, que para os militares é um herói da Guerra do Paraguai, patrono da Arma de Cavalaria, e reclamado por muitos militares, e também gaúchos, a sua não aceitação política como patrono do Exército brasileiro.

Vale lembrar que a CANGO se inseria num projeto de maior amplitude, idealizado pelas forças governamentais: era a Marcha para o Oeste. Havia já algumas décadas a intenção de o Brasil deixar sua concentração litorânea e avançar rumo o Oeste. A Segunda Guerra e sua tônica do espaço vital impulsionou a política de ocupação e colonização em direção ao ocidente do território nacional. Em plena guerra se programava importante impulso expansionista, alentado pela força do Estado. Os maiores empreendimentos se concentraram nas regiões centro e norte do país, principalmente com os organismos da Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Esta última, com a finalidade de criar núcleos populacionais em pontos estratégicos. O grande momento desta política de assentamento das populações rurais foram as Colônias Agrícolas Nacionais, entre 1941 e 1944, sete destas colônias foram instaladas em uma extensão que superava 20 milhões de hectares. O objetivo era receber fixar trabalhadores rurais notadamente pobres, na qual a agência federal procedia na distribuição gratuita dos lotes. (SZMRECSANYI; SUZIGAN, 2002, p.254)

No Sudoeste do Paraná, o projeto da CANGO direcionava a colonização da região de fronteira, estimulando correntes migratórias deslocadas, sobretudo das antigas regiões de imigração do Rio Grande do Sul e Oeste catarinense. Como órgão ligado ao governo federal, a colônia agrícola criou todo um aparato de infraestrutura para assentar as famílias de colonos, o que estimulou e impulsionou uma rápida ocupação. Mas havia uma questão litigiosa que impedia a titulação dos lotes, a posse se tornaria precária, os colonos eram na verdade posseiros.

Não bastasse as disputas entre Estado e União, a Gleba Missões foi usada em outra manobra ilegal. Uma empresa particular de propriedade de José Rupp mantinha um contrato de exploração de madeiras e erva-mate nas glebas que haviam sido incorporadas pelo governo. Este buscava indenização alegando prejuízos mediante o descumprimento de contratos estabelecidos com a União. Articulando junto ao governador do Estado Moises Lupion, Rupp repassa seus direitos para a CITLA, (Clevelândia Industrial Territorial Ltda) empresa que pretendia explorar os recursos naturais da região e posteriormente comercializar as terras.

O governador Moises Lupion, que era um dos acionistas do grupo CITLA, portanto, com interesses diretos na questão, aproveitou-se da estreita ligação com então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra e articulou o acordo. Em 1950, em transação ilegal, a Gleba

Missões e parte da Gleba Chopin, foram cedidas a CITLA como forma de indenização por parte do governo federal. O ato violou uma lei da Constituição Federal que exigia autorização do Senado em todas as transações imobiliárias acima de 10 mil hectares. Lembrando que o Estado ainda disputava judicialmente as referidas glebas com a União, criou-se um emaranhado jurídico muito complexo que a solução era quase inviável. Voltolini faz uma análise da questão das terras onde observa que, além dos governos estadual e federal, com o repasse das glebas a CITLA, eram três instâncias que reivindicavam a posse. O quarto dono, seria o posseiro, que representava centena de famílias e milhares de agricultores, na sua maioria instalados na região há anos. (VOLTOLINI, 2003, p. 119)

Neste período de disputas e transações ilegais, a CANGO continuou distribuindo lotes e assentando famílias de colonos, seguindo seu projeto de colonização. O plano estabelecia um mínimo de 300 mil hectares, não estabelecendo um limite máximo da colônia para o assentamento. Com isso, os posseiros, como eram designados os assentados, continuaram a chegar a região em número vertiginoso, ocupando todas as terras da Gleba Missões e parte da Chopin. O processo de ocupação saiu do controle da CANGO, boa parte dos migrantes simplesmente se apossavam das terras sem constarem nos registros da colonizadora. Fora de controle, o processo de ocupação acabou confrontando as disputas entre o Estado, a União, a CITLA e os colonos que ocupavam as terras com suas famílias.

No início da década de 1950, a CITLA se instala na região e entendendo-se proprietária, passa a cobrar os valores das terras aos colonos. No entanto, como vimos, por questões de embargos, não poderia titular os lotes. Com o apoio do governador Moises Lupion, contratou grande número de “jagunços”, elementos armados que passaram a reprimir os colonos, exigindo um compromisso de pagamentos mediante assinaturas de promissórias. Sabedores da situação ilegal e que não receberiam os registros das terras, os camponeses revidam as ações dos “jagunços” organizando-se com táticas de guerrilha. A questão agrária transformou o Sudoeste em um verdadeiro palco de guerra. (VOLTOLINI, 2003, p. 182)

Lideranças políticas da região buscavam solução junto ao governo Federal no Rio de Janeiro e conclamavam uma solução para o conflito agrário que se instalara. Vale destacar que as autoridades policiais e judiciárias, cumprindo interesses do Governador Lupion, deixaram os colonos desamparados, posicionando-se a favor da companhia colonizadora. Os colonos ficaram a mercê das hostilidades dos “jagunços”, muitos decidiram abandonar a

região por conta do grande número de famílias que foram atacadas. Vários colonos foram assassinados, o vereador Pedrinho Barbeiro foi outra vítima, por defender os camponeses foi executado em sua própria residência. O embate culminou com a grande revolta de 1957, retratada na literatura por distintas denominações, como: Levante de 1957, Revolta dos Colonos, Revolta dos Possesiros e Luta Social de 1957.

A violência fora tamanha que o conflito atingiu repercussão nacional e internacional, revistas estrangeiras como a *Time* e *Life*, publicaram reportagens sobre a *revolução agrária brasileira*. “Sangue no Paraná”, dizia a manchete da revista *O Cruzeiro* que esteve na região em 1957 quando as companhias passaram a atacar os colonos, exigindo o pagamento das terras. (ZATTI, 2011, p. 54). Heller entende que após Porecatu, a “revolta de 57” foi o conflito mais espetacular do Paraná! As companhias tentavam vender terras que eram ocupadas por posseiros, a ação na tentativa de retomá-las provocou um conflito sangrento e atroz, tornando-se notícia do jornal *Le Monde*, em setembro de 1957. (HELLER, 2006, p. 167)

Quando o clima de instabilidade tomou conta da região, as autoridades políticas e militares observaram a necessidade de medidas e forças de controle. Tornara-se imperativo o deslocamento de efetivos militares, como forma de inibir o recrudescimento do conflito, no sentido de atuarem como mediadores entre os grupos envolvidos. No ano de 1954, um efetivo das tropas do Batalhão de Caçadores, provenientes de Joinville –SC e outro efetivo de Infantaria de Ponta Grossa- PR, se instalaram nas dependências da CANGO, em Francisco Beltrão. (BOLETIM INTERNO Nº 122, de 30 de Jun 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada – Francisco Beltrão-PR, p. 2). Nos anos posteriores, o efetivo militar foi ampliado, em 1957 fora destinado a Francisco Beltrão outro pelotão de Infantaria, constituído por quatro sargentos, cinco cabos e vinte e quatro soldados, comandados pelo tenente João da Cruz Filho. (BOLETIM INTERNO Nº 5, de 7 Jan. 1957, do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa- PR, p. 4 e 5).

A chegada das forças militares em 1954 no sudoeste do Paraná deu início a um capítulo ao que se conhece, ímpar, na relação entre Exército e sociedade civil. As ações militares foram determinantes no conjunto dos acontecimentos que envolviam a complexa e violenta questão agrária da região. Suas obras foram extremamente favoráveis aos interesses

da comunidade sudoestina, ou seja, dos colonos posseiros, que almejavam as terras onde viviam com suas famílias.

Como vimos, os posseiros e suas famílias estavam desamparados, as autoridades civis e a polícia cumpriam interesses do próprio governo, ligado aos interesses das companhias. Os eventos que seguem nos anos de 1956/57 tomam proporções graves, culminando em uma grande revolta. Nos dias 9 e 10 de outubro de 1957, mais de seis mil colonos posseiros tomaram as cidades e expulsaram os jagunços e os administradores das companhias. (HELLER, 2006, p.386)

A região estava convulsionada pelo conflito agrário quando os efetivos militares se instalaram em Francisco Beltrão. A cidade era a sede da CANGO e das companhias imobiliárias, portanto, o centro nervoso dos acontecimentos. O contingente das forças armadas representava um poder que poderia interferir e definir o rumo do conflito. Como vimos, os demais poderes estavam cooptados e condicionados aos interesses do governo estadual, deixando os colonos vulneráveis diante da agressão dos jagunços. No desenrolar dos acontecimentos o Exército manteve uma ação discreta, mas foi o ponto de apoio para os revoltosos.

De acordo com Martins, a primeira atuação das Forças Armadas neste conflito se deu em virtude das denúncias veiculadas pela imprensa, sendo deslocados observadores militares para a região. Um deles, o tenente coronel Aluísio Godin Guimarães, após comprovar a situação a insegurança vivida pela população fronteiriça, propôs em seu relatório que o Esquadrão de Cavalaria Independente sediado em Palmas-PR fosse urgentemente deslocado para Francisco Beltrão-PR a fins de assegurar a ordem pública; asseverando também “ser imprescindível à permanência em poder da União da área que se encontrava sob jurisdição da Colônia Agrícola Nacional General Ozório”. (MARTINS, 1986, p. 329 e 330).

Uma prática ainda pouco pesquisada, sobre o conflito, é a atuação dos reservistas fixados pela CANGO no desenrolar da Revolta de 1957. Sabe-se que a fixação destes homens fazia parte de uma política governamental de ocupação de fronteira, que para além das atividades laborais de ordem agrícola, eram vistos como força mobilizável no quesito defesa territorial. Visto o caso do reservista Oreste Barbieri, que se mudou para a Vila Marrecas em 1948, e que de acordo com sua esposa, Anita Salmoria Barbieri, o mesmo teria fornecido informações aos militares do Exército sobre localização dos acampamentos de jagunços,

servindo como informante das tropas federais. (*Projeto Memória Cultural* – Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Entrevista nº 253 - Anita Salmoria Barbieri).

Em relação à atuação específica de tropas, Cristina Colnaghi, pesquisadora da revolta de 1957, no movimento de Francisco Beltrão, ao deflagrar-se o conflito, a tomada da cidade e a expulsão das companhias, os revoltosos tiveram como retaguarda a ação do Batalhão do Exército. Numa ação relâmpago, teria garantido a tomada da cidade e transferido o controle aos líderes do movimento, retirando-se em seguida. Uma atuação melindrosa e sigilosa que não fora percebida pela imprensa e pela maioria dos envolvidos. (COLNAGHI, 1984, p. 142).

Na interpretação de Iria Gomes, a participação das forças militares está relacionada ao fato de que o Conselho de Segurança Nacional (CSN), solicitou ao Ministério da Agricultura a criação de uma colônia agrícola para a ocupação da região de fronteira. E que, a presença do efetivo das forças armadas foi uma solicitação da CANGO, devido aos intensos conflitos na colonização. O Conselho teria se manifestado contra a atuação das companhias de terras na região. Gomes entende que os interesses do exército, coincidiram com os interesses dos colonos e por esta condição ficou do lado dos insurgentes. (GOMES, 2005, p.110)

Heller descreve o epicentro da revolta que no dia 10 de outubro de 1957, onde mais de seis mil colonos tomaram a cidade de Francisco Beltrão, transformaram uma estação de rádio no centro das operações e destituíram todas as autoridades. A delegacia de polícia e a prefeitura foram tomadas e o juiz foi mantido preso em sua residência. As vias de acesso a região foram todas controladas. “O Exército atuou discretamente, afastando todos os dirigentes das companhias e seus jagunços”. (HELLER, 2006, p.168). Isso explica o fato de que ao prenderem os jagunços, nenhum dos dirigentes das companhias estarem presentes, estes, segundo Heller, foram retirados da cidade, o que, provavelmente, evitou um embate mais sangrento.

Para Rubens Martins, pesquisador da revolta de 1957, “os colonos foram empurrados numa aventura de resultados incertos que só não malogrou por ter contado com a participação ostensiva do contingente do Exército, sediado em Francisco Beltrão”. (MARTINS, 1986, p.358). Para o Pioneiro da historiografia do Sudoeste, Hermógenes Lazier, a participação dos militares foi decisiva para o resultado da revolta. Pois, “A vitória dos posseiros deve-se a posição equilibrada do destacamento do Exército, assim a revolta não tomou proporções

cruéis e sanguinárias, o que ocorreria se os pobres colonos e posseiros estivessem sozinhos no movimento”. (LAZIER, 1998, p. 78).

Na interpretação de Colnaghi, a posição do Exército no episódio de 1957 se transformou em evento ímpar na História do Brasil:

Pela primeira vez no Brasil um movimento camponês extrapola a comunidade e torna-se regional-tomando cidades, destituindo autoridades de seus cargos, "nomeando" outras, e elegendo junta deliberativa- contando com a garantia do Exército Nacional. Este não cumpriu, no Sudoeste do Paraná a tradição de confronto direto e de acomodação dos movimentos camponeses - a exemplo de Canudos, Contestado, Araguaia, Tocantins e outros- muito pelo contrário, esteve ao lado dos camponeses, dando-lhes garantias. (COLNAGHI, 1984, p.20).

Martins descreve as manobras do contingente das forças armadas no dia 10 de outubro, o dia do grande levante:

Na cidade, quem assegurou todos os atos foi o exército. Foi o exército que colocou as metralhadoras em cima das capotas dos caminhões e dava proteção à rádio e proteção ao quebra-quebra nos escritórios das companhias. Sua ação garantiu a tomada da cidade pelas armas e imobilizou as autoridades; não fez nenhuma proclamação e não disse nada. (MARTINS, 1986, p. 259).

Como se percebe, o ato militar foi extremamente discreto e não houve nenhum pronunciamento por parte de seu comando. Nem pela imprensa, muito menos pelas autoridades federais, que deixara de tomar a palavra em relação às ações militares. Mas esta participação passou a ser investigada pelos primeiros historiadores que abordaram o evento de 1957. Colnaghi enfatiza esta questão: “Destaca-se o sigilo com que posteriormente foi encoberta essa ação do Exército em Francisco Beltrão. Não foi dada na época a menor importância ou destaque para essa ação do Exército em favor dos colonos revoltados. Insistia-se em dar-lhe um caráter de normalidade e rotina”. (COLNAGHI, 1984, p.145). As forças do batalhão militar foram realmente decisivas no episódio. Rubens da Silva Martins, ex-prefeito e delegado de polícia no período da revolta é enfático em afirmar: “O exército efetivamente fez a revolução no Sudoeste em 57, sempre esteve ao lado dos colonos”. (COLNAGHI, 1984, p. 231). Uma atitude inédita por parte das forças armadas, com ação rápida e extremamente discreta.

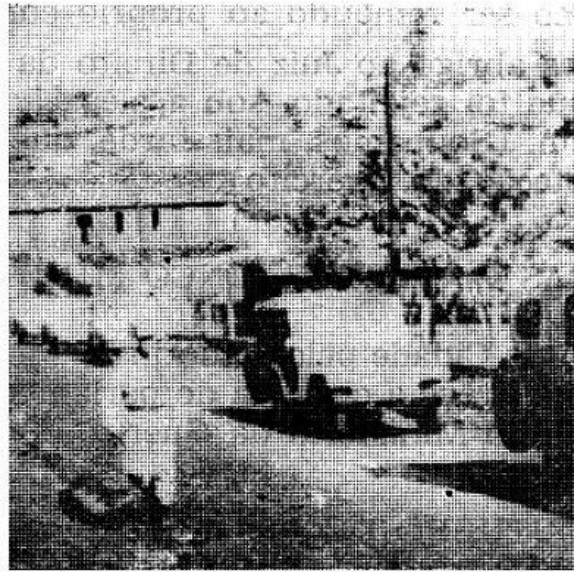
Aprofundado estudo sobre a ocupação e colonização do Sudoeste, Ruy C. Wachowicz, professor da Universidade Federal do Paraná, aponta para a amplitude política e militar do

evento de 1957. No ápice dos acontecimentos, Edu Potiguara, advogado dos colonos, em manobra astuta, conseguiu atrair para Santo Antônio, município que faz divisa com a Argentina, o Cônsul brasileiro de Posadas, Airtom Guedes Rosário. A esta autoridade diplomática foi relatada as condições que se encontrava a disputa pelas terras e o embate das forças. O Consul dirigiu-se pessoalmente a capital no Rio de Janeiro e apresentou relatório as autoridades civis e militares; Presidente da República, Ministro da Justiça, Conselho de Segurança Nacional e Ministro da Guerra. Neste momento os eventos alcançaram repercussão internacional, devido a isso, o Ministro Teixeira Lott, deu ao governo do Paraná um *ultimatum*, para que resolvessem a questão e entregasse a situação aos colonos. (WACHOWICZ, 1987, p. 217).

Por trás disso estava uma complexa e imbrincada questão política, envolvendo o cenário local, estadual e federal. Caso o Exército oficializasse sua ação, esta se caracterizaria como intervenção federal, e o desgaste político do grupo do Governador Moises Lupion, provocaria um mesmo efeito no então presidente da República, Juscelino Kubitschek, ambos ligados ao PSD. Já estava desgastada a relação entre Lupion e o presidente, visto que nas eleições para a presidência em 1955, no Estado do Paraná o então adversário Ademar de Barros do PSP, obteve uma votação maior que JK. Lupion não abraçou a campanha e deixou o diretório do partido escolher entre os concorrentes. (COLNAGHI, 1984, p. 234).

A partir daí ganha sentido a intervenção direta do Exército em Francisco Beltrão. O Exército, desta feita, em vez de exercer o monopólio da força em favor da classe dominante, como tem sido comum na história do país, exerceu-o em favor dos camponeses. Esta atitude, muito mais do que uma manifestação político-ideológica, foi uma manifestação de força do Governo Federal, servindo de instrumento para a preservação do poder de Estado. A não oficialização desta intervenção do Exército foi uma jogada política de tamanha astúcia que serviu para não prejudicar politicamente o partido detentor do poder, o PSD.

Interessante também é perceber que as fotografias que registram participação direta das Forças Armadas no conflito foram divulgadas apenas três décadas após o episódio, permanecendo nas mãos de integrantes do PSD local. Certamente, algumas imagens de militares durante a Revolta de 1957 foram publicadas pela imprensa que cobriu o evento, dando-se destaque principal para a “Revista O Cruzeiro”.



Revista Semina V. 15, N.º 2, 2016 – ISSN 1677-1001
Artigo Recebido em 01/09/2016 - Aprovado em 30/10/2016

Figura 2. Fotos da atuação de militares do Exército Brasileiro durante a Revolta dos Possseiros. Fonte: *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

Entretanto, há de se notar que as fotografias que registram a atuação das tropas no conflito permaneceram retidas em anonimato até 1986 quando um líder do PSD local, o senhor Rubens da Silva Martins, resolve publicar o livro de memória de sua carreira política.

Os registros fotográficos divulgados por Martins (1986) vinham contemplar os acontecimentos de 1957 com alguns registros de atuação direta das Forças Armadas em ações de patrulhamento motorizado, patrulhamento a pé, guarda e proteção da rádio que servia de comunicação dos posseiros, transporte dos revoltosos e retirada em escolta dos jagunços, na cidade de Francisco Beltrão-PR. Percebe-se que as tensões políticas fizeram com que a atuação militar jamais fosse oficializada pela instituição, mesmo que registrada iconograficamente, e amplamente re-afirmada pela discurso da população regional que vê com bons olhos a atuação militar como primordial para o encerramento do confronto e estabilidade da região. (ZATTA, 2009, p. 59).

O Governo Federal procurou, assim, satisfazer aos camponeses com a ação, e, à sociedade política com o silêncio. Em outras palavras, o Governo Federal, ao executar esta intervenção, buscou o consenso que é a condição essencial para a preservação do sistema homogêneo. (COLNAGHI, 1984, p.150).

Uma convulsão social com lutas sangüinárias envolvendo companhias colonizadoras ligadas a um governador da mesma sigla partidária, que começava a chamar atenção da imprensa mundial, seria evidentemente um desgaste político imensurável. Os meios de comunicação estampavam em suas páginas os atos de violência, frequentemente com corpos de colonos mortos nos embates entre as guerrilhas. Não haveria tempo, a solução deveria ser imediata para estancar um desgaste ainda maior. Daí a presença das forças militares em manobra eficiente e sigilosa.

Um outro fator político relevante diz respeito a Câmara Federal, que acabou aprovando um projeto de lei dando anistia *ampla e restrita* às pessoas que se envolveram no conflito, no período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 1957, por questões de terras. (WACHOWICZ, 1987, p. 219). As táticas de guerrilha haviam provocado inúmeras mortes de ambos os lados, a anistia, no fundo eximia a todos de prestarem contas a justiça. Por esta dualidade, os massacres e crimes da revolta foram deixados de lado.

Terminado o embate, as companhias foram expulsas, os jagunços levados para longe e o Exército retornou ao seu acantonamento. Porém, restava ainda uma questão primordial: a legalização e titulação das terras. Não havia nenhum movimento neste sentido e a situação se estendia sem solução. No pleito de 1960, quando os partidos organizavam chapas independentes, Jânio Quadros da UDN foi eleito presidente da República, tendo como vice João Goulart (Jango) do PTB e pelo mesmo partido, Ney Braga foi eleito governador do Paraná. Braga articulou com o governo federal a desapropriação das terras do Sudoeste, que se concretizou pelo decreto nº 50.379 de 27 de março de 1961. Mas, a renúncia de Jânio adiou o processo. (LAZIER, 1998, p. 101).

Quando Jango assume a presidência é retomada a questão, e contando com o apoio do Governador Ney Braga, assume o compromisso de legalizar os títulos de terras do Sudoeste. Recepcionados com grande festa, presidente e governador desembarcaram em Pato Branco em 20 de março de 1962, para oficialmente instituir o GETSOP (Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná), órgão federal com a tarefa de executar a titulação das terras. O comando do órgão ficou com o presidente do Conselho Nacional, sob a orientação jurídica da Procuradoria da República e do Estado, mas, ligado diretamente à Presidência da República, através da Casa Militar. (WACHOWICZ, 1987, p. 226).



Figura 3. Mapa das Glebas Missões e Chopim. Fonte: Caderno Cultural n. 1 *Projeto Memória Revolta dos Possesiros: Cinquentenário 1957-2007*. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, p. 9.

Mais uma vez o exército atuando na região a favor dos posseiros, o GETSOP recebeu o apoio da 5ª Região Militar. Substituiu a polícia, mal vista a partir de 1957, encarregou-se através da Divisão de Levantamentos a realizar as medições, e pelo Batalhão de Engenharia, na construção do aeroporto. A presença militar foi, portanto, determinante no processo de legalização, sua compleição ostensiva atuando como força executora na legalização das propriedades. O GETSOP atuou até princípios de 1974, quando foi extinto. No total, titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos.

É necessário dimensionar o que significou para os posseiros o processo do GETSOP e a legitimação da propriedade da terra. Lazier define este processo como uma grande reviravolta na conjuntura da região. O título das terras permitiu aos colonos buscarem linhas de crédito, investindo e desenvolvendo a propriedade. (LAZIER, 1998, p. 94). Associado ao fim da instabilidade e do violento conflito, permitiu, para o agora camponês proprietário, uma outra condição. A segurança de que as famílias não seriam mais expulsas levou a estabilidade, e, podemos ponderar até mesmo sobre a autoestima e o fator psicológico de não serem mais definidos como “indigentes” no contexto social.

Considerações finais

O conflito armado que se desencadeou na luta pela posse da terra no Sudoeste Paranaense, foi, sobretudo, o resultado de articulações ilegais perpetradas pelos governos. Transações ilegítimas de terras transformaram a região em palco de guerra, subversões de interesses que de início fizeram das glebas em questão, moeda de pagamento, usadas pelo governo estadual na construção de uma linha ferroviária. Os embargos na transação fizeram com que estas mesmas glebas fossem incorporadas ilegalmente, mais uma vez, ao governo da União. A criação da CANGO, por Vargas em 1943, assentou no contexto o elemento humano, os colonos migrantes, que mais tarde viriam a lutar pela posse dos lotes.

Vale destacar que a posição do exército a favor dos posseiros tornou-se um marco inédito, ao que se sabe, na história dos movimentos rebeldes no Brasil. Mas este fator, precisa ser considerado na macroestrutura dos acontecimentos. Ou seja, as implicações e interesses neste fenômeno extrapolavam a região sudoeste.

A dimensão que os embates atingiram, evidenciavam importante grau de instabilidade, colocando em xeque a posição do governo federal. Quando os episódios ganhavam repercussão internacional, surgiam os questionamentos quanto ao papel do governo ante a condição das famílias dos pequenos camponeses. Repelir o movimento e expulsar as famílias daria ao governo um caráter arbitrário e, conseqüentemente, um desgaste diante da opinião pública. Além disso, pesava o desentendimento entre o governador Moisés Lupion do Paraná e o então Presidente Juscelino Kubitschek, ambos do mesmo partido.

Se consideradas as condições do embate, os revoltosos não teriam chance diante de tamanha disparidade de forças. Apesar das táticas de guerrilha, até certo ponto bem-sucedidas, os colonos dispunham de um simples armamento, que não fazia frente ao arsenal bélico que os jagunços dispunham. Como vimos, as autoridades judiciais e policiais também atuavam contra os camponeses, a mando do governo do Estado. Apesar disso, é necessário destacar a imprescindível articulação dos insurgentes, o movimento tomou proporção e notoriedade, pressionou uma posição do governo Federal a uma posição que, por fim, lhe foi favorável. Não fosse a representação e rebelião armada, obviamente, não conquistariam o direito de permanecerem nas terras.

De atuação discreta, mas decisiva, o Exército cumpriu determinações estratégicas em garantir o desfecho sem aparecer no cenário. Caso contrário, sua participação seria caracterizada como necessidade oficial de intervenção militar para apaziguar o movimento, o

que também comprovaria a instabilidade política. Isso nos faz entender por que na época, ninguém reconheceu sua participação e nenhum veículo noticiou o mesmo. Até as próprias lideranças dos insurgentes, foram levadas a sustentar que as forças militares foram imparciais.

Em partes, até mesmo a historiografia, que passou a abordar o tema 30 anos depois, até certo ponto não entendia a participação do Exército como fator determinante, para o desfecho do evento. Como vimos, havia motivos de ordem política ao se manter velada a participação do exército no embate do Sudoeste. Tudo indica, e nisso cabem novas investigações, que as lideranças dos posseiros, estavam ajustadas com o comando militar e sabiam de suas ações, mas, o processo deveria correr no absoluto sigilo. A estratégia teria sido aplicada com tamanho atilamento que a imprensa, nacional e internacional, não teria observado a ação militar? Ou teria sido ela, coibida a não divulgar o real caráter do episódio?

Por fim, podemos considerar que os posseiros, grandes interessados e beneficiados no final do embate, sabiam da participação do exército, mas, provavelmente não entendiam o porquê sua posição lhe fora favorável. As forças armadas também foram decisivas no período posterior a revolta de 1957, mediadoras e articuladoras do GETSOP, garantiram as delimitações e registros das propriedades.

Isso explica o fato da grande aceitação e admiração que o exército sustenta entre a sociedade sudoestina. Bem, se o histórico das Forças Armadas comprova ações, que na maioria das vezes, repeliu e sufocou movimentos populares, na região sudoeste os fatos históricos fazem entender o contrário. Se os motivos de tal fenômeno não foram verdadeiramente e genuinamente pensados e idealizados a favor dos posseiros, e pelo que vimos não o foram mesmo, a história desta luta armada se encerrou com o grupo de pequenos camponeses rebeldes como vencedores e proprietários das terras.

Referências Bibliográficas

Boletim Interno N° 122, de 30 de Jun 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada – Francisco Beltrão-PR.

Boletim Interno N° 5, de 7 Jan. 1957, do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa- PR.

Caderno Cultural n. 1. *Projeto Memória Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007*. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, 2007.

CARBONI, Florence & MAESTRI, Mario. (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ediupf, 2000.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e Poder: A luta pela terra no sudoeste do Paraná*. 1984, 234 f. Dissertação (Mestrado em História) UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1984.

GOMES, IriaZanoni. *1957, a Revolta dos Posseiros*. 3ª. Ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HELLER, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Editora: Curitiba, 2006.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

Projeto Memória Cultural – Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Entrevista nº 253 - Anita Salmoria Barbieri.

RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

SZMRECSANYI, Tomas; SUZIGAN, Wilson. (Org). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: EDIUSP, 2002.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo*. Demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970). 2ª ed. Passo Fundo: UPF Editora; Porto Alegre: EST, 2004.

VOLTOLINI, Sítio. *O Retorno/2*. – 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Ed. Vicentina. 1987.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. 2009, 198 f. Dissertação (Mestrado em História) UPF – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2009.

ZATTI, Carlos. *A estrada do colono*. Curitiba: Editora: Clube de Autores, 2011.